

- **Fonte 841 – MC/Processo n.1037387-87/2017/Contrato de Repasse n.º 844494/2017- Pavimentação Santa Terezinha.**

**Contrato de repasse**

**Nota Empenho**

**Ordem de Pagamento de Empenho**

**Extratos Bancários**

CONTRATO DE REPASSE Nº 844494/2017/MCIDADES/CAIXA  
PROCESSO Nº 3683.1037387-87/2017

**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE CASTRO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PLANEJAMENTO URBANO.**

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

#### SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no DOU de 01/04/2013, e retificação publicada no DOU de 05/04/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 27/02/2014, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por ADRIANO BORGES RESENDE, RG nº 3.559.413-2, expedido por SSP/PR, CPF nº 655.397.299-00, residente e domiciliado em Ponta Grossa - PR, conforme 2º Tabelião de Notas e Protesto, Brasília - DF, no livro 3200-P, fls 145 e 146 PROT 103492 em 17/05/2016 e, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE CASTRO, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 77.001.311/0001-08, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR, portador do RG nº 30442202 - expedido por SSP/PR, e CPF nº 792.370.299-34, residente e domiciliado em Castro - PR, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

#### CONDIÇÕES GERAIS

##### I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente.

##### II - MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Castro - PR.

##### III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não ( ) Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

##### IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

( ) Não (x) Sim

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia e Licença Ambiental.

Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 08 (oito) meses.

Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 01 (um) mês.

##### V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais).

Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 498.100,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e cem reais).

Nota de Empenho nº 2017NE800121, emitida em 14/06/2017, no valor de R\$ R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais), Unidade Gestora 175004, Gestão 00001.

Programa de Trabalho: 1545120541D730041.

Natureza da Despesa: 444042.

Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0387, conta nº 006.00647070-4.

#### VI - PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 18/10/2017.

Término da Vigência Contratual: 30 de Setembro de 2020.

Prestação de Contas: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA ou do decurso do prazo para apresentação da prestação de contas.

#### VII - FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná.

#### VIII - ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Praça Pedro Kaled, 22, Centro, Castro - PR.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Francisco Ribas, 200, 2º andar, Centro, Ponta Grossa - PR.

#### ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Endereço eletrônico do CONTRATADO: crismoroz1@gmail.com; cledsonsilva@gmail.com; adenilson@castro.pr.gov.br; eduardo.i.vieira@caixa.gov.br; brunoalmarcondes@gmail.com; eng.mariosilvio@gmail.com; cledsonsilva@gmail.com; emergobbo@hotmail.com; celina@castro.pr.gov.br; dieniffer\_a@hotmail.com; engenharia1973@hotmail.com; dearragon@hotmail.com; dulcileiaana@gmail.com; gabinete@castro.pr.gov.br.

Endereço eletrônico do CONTRATANTE: sr3683pr@caixa.gov.br; gigoovpg09@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de toda a documentação relacionada no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no mesmo item.

1.1.1 - O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período:

1.1.2 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

##### 2.1 – DA CONTRATANTE

- I. analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
- VIII. verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de

referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no SICONV que a substitua;

- IX. aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
- X. verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- XI. designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XIII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XV. notificar o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quando não apresentada a Prestação de Contas dos recursos aplicados, ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial;
- XVI. receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XVII. solicitar à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes dessa conta específica do instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis.
- XVIII. assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados.

## 2.2 – DO CONTRATADO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- V. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VI. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados.
- VII. Apresentar ao CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia.
- VIII. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- IX. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- X. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;

- XI. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XII. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e/ou Fornecimento de Obras, Serviços ou Equipamentos.
- XIII. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XIV. no caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XV. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XVI. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XVII. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XVIII. prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;
- XX. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXI. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XXII. manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIII. incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- XXIV. ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União.
- XXV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- XXVI. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXVII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- XXVIII. nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXIX. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;
- XXX. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXI. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XXXII. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;

- XXXIII. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXXIV. consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XXXV. consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XXXVI. apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
- XXXVII. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXXVIII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXXIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XL. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XLI. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XLII. autorizar o CONTRATANTE ou sua mandatária para que solicitem junto à instituição financeira albergante da conta vinculada, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- XLIII. autorizar ao CONTRATANTE solicitar, à instituição financeira albergante da conta vinculada, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- XLIV. estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- XLV. dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XLVI. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XLVII. disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos/, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.
- XLVIII. indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- XLIX. responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- L. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse;
- LI. transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- LII. apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operações seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- LIII. estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
- LIV. estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;

- LV. garantir isoladamente ou junto aos órgãos competentes o fornecimento, a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, de coleta de esgotos pluviais, de pavimentação pública e de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, no que couber.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

**CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO**

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424/2016 e do Gestor do Programa.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

**CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS**

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização do CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I – a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II – a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III – a regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no SICONV;
- IV – o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas.
- V – a conformidade financeira

5.2 O CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 O CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no SICONS e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 - A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I - exceto nos casos de instrumento com parcela única, o valor do desembolso a ser realizado pelo Gestor do Programa ou pela mandatária referente à primeira parcela, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento;

II - a liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada ao:

a) envio pela mandatária e homologação pelo Gestor do Programa da Síntese do Projeto Aprovado - SPA quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços e engenharia enquadrados nos incisos II e III do art. 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo Gestor do Programa ou mandatária; e,

III - a liberação das demais parcelas, está condicionada a execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 – É permitido o adiantamento de parcelas no regime de execução direta na forma do cronograma de desembolso aprovado, sendo vedado nos casos de execução de obras e serviços de engenharia enquadrados no inciso III do art. 3º da Portaria MPDG/MF/CGU nº 424/2016, ficando a liberação das parcelas subsequentes condicionada à aprovação, pela CONTRATANTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.8 – Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela o instrumento deverá ser rescindido, sendo vedado, também, o início de execução de novos instrumentos e a liberação de recursos para este CONTRATADO.

5.9 – A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - a emissão da autorização para início do objeto;

II - a apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

III - o atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

IV - a comprovação do aporte da contrapartida pactuada para a etapa correspondente;

V - a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

5.9.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no SICONS o relatório de fiscalização referente a cada medição

5.9.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos

5.9.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016.

5.9.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

## CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.



6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;
- b) na execução do objeto pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por regime direto;
- c) no ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 - Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.6.2 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, o CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a totalidade dos recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 - Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "c", os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alíneas "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS**

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e do CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 - As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO**

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

12 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas no âmbito desse instrumento, quando solicitar:

- a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA**

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS**

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

- I - a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II - a inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8;
- III - a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR**

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Gestor do Programa.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES**

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pelo CONTRATANTE;
- II. reprogramar os projetos de engenharia dos instrumentos enquadrados no Inciso I do Artigo 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;
- III. realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
- IV. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- VI. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VII. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VIII. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.
- IX. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- X. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizes promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- XII. aproveitar rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado;
- XIII. computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES**

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original

PONTA GROSSA, 18 de Outubro de 2017  
Local/Data

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: ADRIANO BORGES RESENDE  
CPF: 655.397.299-00

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR  
CPF: 792.370.299-34

Testemunhas

Nome: Paulo Augusto Schade  
CPF: 023.528.389-40

Nome:  
CPF:

Nome: DÉBORA QUADROS SILVA  
Assistente  
Matr.: C125.839-0  
S160V/PG  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: Débora Quadros Silva  
CPF 044.996.939-85

CONTRATO EM  
CONFORMIDADE

INGRID BRACHMANN  
Assistente Júnior  
Matr.: 100.055-1  
REDUR/PG  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data.

In the second section, the author details the various methods used to collect and analyze the data. This includes both manual and automated processes, as well as the use of specialized software tools. The goal is to ensure that the data is both reliable and comprehensive.

The third part of the document focuses on the results of the analysis. It shows that there is a clear trend in the data, which is consistent with the initial hypothesis. This finding is significant as it provides strong evidence for the proposed model.

Finally, the document concludes with a summary of the key findings and a list of recommendations for future research. It suggests that further studies should be conducted to explore the underlying causes of the observed trends and to test the model under different conditions.

The data shows a significant increase in the number of transactions over the period studied. This is likely due to the implementation of the new system, which has improved efficiency and reduced the time required to process each transaction.

The results of the analysis are consistent with the initial hypothesis, indicating that the proposed model is a good fit for the data. This suggests that the model can be used to predict future trends and to optimize the system.

The data shows a significant increase in the number of transactions over the period studied. This is likely due to the implementation of the new system, which has improved efficiency and reduced the time required to process each transaction.

The results of the analysis are consistent with the initial hypothesis, indicating that the proposed model is a good fit for the data. This suggests that the model can be used to predict future trends and to optimize the system.



contatos), para que, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento desta, seja regularizada a ocorrência referente a não execução total ou parcial sem funcionalidade do objeto pactuado e para o qual tenham sido sacados valores da conta vinculada sem a correspondente devolução, apresente comprovação, com a documentação pertinente, de que não causou prejuízo ao Erário Federal ou devolva à conta vinculada nº 1244.006.00647046-6 os valores históricos atualizados monetariamente e acrescidos das juras de mora, na forma da lei, até o efetivo recolhimento, conforme descrição a seguir: Data liberação 23/01/12, Valor Repasse: R\$32.659,21 Data liberação 20/08/12, Valor Repasse: R\$ 39.983,69 Data liberação 17/09/12, Valor Repasse: R\$ 39.286,27 Data liberação 10/07/13, Valor Repasse: R\$ 7.788,16 Data liberação 09/10/15, Valor Repasse: R\$ 36.054,26 Total: R\$156.770,59 Valor desta dívida atualizada monetariamente e acrescida de juros até 26/09/2017: R\$ 231.811,04 (duzentos e trinta e um mil, oitocentos e onze reais e quatro centavos). 2. Caso não seja regularizada a situação contratual no prazo concedido, poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial (TCE), cujo processo será encaminhado ao Órgão de Controle Interno competente, para análise, certificação das contas e posterior envio ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, se for o caso, conforme estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28/11/2016, e alterações da Instrução Normativa nº 76, de 23/11/2016, podendo também ser providenciada a inclusão do responsável no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN). 3. Informamos que o processo terá continuidade independentemente de renúnciação de Vossa Senhoria, a partir do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da presente comunicação. Respeitosamente, Luiz Claudio de Faria Alves Gerente de Filial GIGOV Vitória

Niterói, 20 de outubro de 2017  
TATIANA MEDEIROS  
Assistente Pleno

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO  
NOVO HAMBURGO - RS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE Contrato de Repasse nº 848911/2017, firmado pelo Município de Nova Hartz, CNPJ 01.995.365.0001-59; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Implantação ou melhoria de infraestrutura urbana, contendo obras de Pavimentação, Passagem Pública e Sinalização Viária; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 254.739,08; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730043, NE 2017NE801499, de 14/06/2017 e R\$ 8.889,08 de contrapartida, Vigência 30 de Junho de 2019 - 23/10/2017, EDUARDO JUNIOR KISNER e Flavio Emilio Jasi.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO  
PONTA GROSSA - PR

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE Contrato de Repasse nº 844494/2017, firmado pelo MUNICIPIO DE CASTRO, CNPJ 77.001.311/0001-08; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 498.100,00; dos recursos: R\$ 493.100,00, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730041, NE 2017NE80121, de 14/06/2017 e R\$ 5.000,00 de contrapartida, Vigência 30 de Setembro de 2020 - 18/10/2017, ADRIANO BORGES RESENDE e MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR, ESPECIE Contrato de Repasse nº 845491/2017, firmado pelo MUNICIPIO DE CASTRO, CNPJ 77.001.311/0001-08; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 1.083.986,55; dos recursos: R\$ 938.150,00, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730041, NE 2017NE80189, de 14/06/2017 e R\$ 145.836,55 de contrapartida, Vigência 30 de Setembro de 2020 - 18/10/2017, ADRIANO BORGES RESENDE e MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR, ESPECIE Contrato de Repasse nº 846210/2017, firmado pelo MUNICIPIO DE CASTRO, CNPJ 77.001.311/0001-08; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 510.000,00; dos recursos: R\$ 493.100,00, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730041, NE 2017NE801788, de 14/06/2017 e R\$ 16.900,00 de contrapartida, Vigência 30 de Setembro de 2020 - 18/10/2017, ADRIANO BORGES RESENDE e MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar/contato>, pelo código 00032017102400076

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO LUIS - MA

EXTRATO DE CONTRATO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO LUIS - MA EXTRATO DE CONTRATO DE REPASSE ESPECIE Contrato de Repasse nº 843514/2017, firmado pelo MUNICIPIO DE SÃO ROBERTO, CNPJ 01.612.348/0001-00; junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Implantação e modernização de infraestrutura esportiva; Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos Construção Campo Futebol; Valor: R\$ 300.000,00; dos recursos: R\$ 292.500,00, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500741, NE 2017NE800056, de 07/06/2017 e R\$ 7.500,00 de contrapartida, Vigência 18 de Outubro de 2019 - 18/10/2017, JORGE NASCIMENTO CORDEIRO e KARLA BATISTA CABRAL SOUZA, ESPECIE Contrato de Repasse nº 844011/2017, firmado pelo MUNICIPIO DE CIDELÂNDIA, CNPJ 01.610.134/0001-97; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Modernização e Adequação do Estádio Municipal de Cidelândia; Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Valor: R\$ 391.000,00; dos recursos: R\$ 390.000,00, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500021, NE 2017NE800552, de 07/06/2017 e R\$ 1.000,00 de contrapartida, Vigência 18 de Outubro de 2019 - 19/10/2017, JORGE NASCIMENTO CORDEIRO e FERNANDO AUGUSTO COELHO TEIXEIRA, ESPECIE Contrato de Repasse nº 804875/2014, firmado pelo MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS, CNPJ 01.608.475/0001-28; junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: CONSTRUÇÃO DE ABATEDOURO PÚBLICO MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MA; Programa PRODESA; Valor: R\$ 610.780,61; dos recursos: R\$ 585.000,00, correrá à conta da União no exercício de 2014, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 206082014202V0021, NE 2014NE800238, de 12/06/2014 e R\$ 25.780,61 de contrapartida, Vigência 18 de Outubro de 2019 - 18/10/2017, JORGE NASCIMENTO CORDEIRO e KARLA BATISTA CABRAL SOUZA, ESPECIE Contrato de Repasse nº 845881/2017, firmado pelo MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS, CNPJ 01.608.475/0001-28; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04; Objeto: Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Vila Nova dos Martiros - Ma.; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 464.500,00; dos recursos: R\$ 463.924,50, correrá à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730762, NE 2017NE801468, de 14/06/2017 e R\$ 575,50 de contrapartida, Vigência 18 de Outubro de 2019 - 18/10/2017, JORGE NASCIMENTO CORDEIRO e KARLA BATISTA CABRAL SOUZA.

GERÊNCIA EXECUTIVA HABITAÇÃO CARUARU - PE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato de Termo Aditivo para realização do Trabalho Social PNCMV-FAR Extrato de Termo Aditivo para ressarcimento de recursos celebrado entre Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04 e o seguinte conveniado: Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão-PE; CNPJ 11.049.855/0001-23 Operação 299.166-05, no âmbito do no Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no empreendimento Residencial Jardins de Vitória Etapa III, localizado no Município de Vitória de Santo Antão/PE, com vigência de 04/09/2017 a 04/03/2018, firmado em 04/09/2017, assinado por Ilton Lopes Barroso e José Aguilson Querlívares Junior.

Extrato de Termo Aditivo para realização do Trabalho Social PNCMV-FAR Extrato de Termo Aditivo para ressarcimento de recursos celebrado entre Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04 e o seguinte conveniado: Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão-PE; CNPJ 11.049.855/0001-23 Operação 299.166-23, no âmbito do no Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no empreendimento Residencial Jardins de Vitória Etapa IV, localizado no Município de Vitória de Santo Antão/PE, com vigência de 04/09/2017 a 04/03/2018, firmado em 04/09/2017, assinado por Ilton Lopes Barroso e José Aguilson Querlívares Junior.

Extrato de Termo Aditivo para realização do Trabalho Social PNCMV-FAR Extrato de Termo Aditivo para ressarcimento de recursos celebrado entre Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04 e o seguinte conveniado: Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão-PE; CNPJ 11.049.855/0001-23 Operação 299.166-92, no âmbito do no Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no empreendimento Residencial Jardins de Vitória Etapa II, localizado no Município de Vitória de Santo Antão/PE, com vigência de 04/09/2017 a 04/03/2018, firmado em 04/09/2017, assinado por Ilton Lopes Barroso e José Aguilson Querlívares Junior.

Extrato de Termo Aditivo para realização do Trabalho Social PNCMV-FAR Extrato de Termo Aditivo para ressarcimento de recursos celebrado entre Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305.0001-04 e o seguinte conveniado: Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão-PE; CNPJ 11.049.855/0001-23 Operação 299.156-81, no âmbito do no Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no empreendimento Residencial Jardins de Vitória Etapa I, localizado no Município de Vitória de Santo Antão/PE, com vigência de 04/09/2017 a 04/03/2018, firmado em 04/09/2017, assinado por Ilton Lopes Barroso e José Aguilson Querlívares Junior.

GERÊNCIA EXECUTIVA HABITAÇÃO  
FEIRA DE SANTANA - BA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato de convênio para execução do Projeto de Trabalho Social que entre si celebram a Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305.0001-04 e a Prefeitura Municipal de Feira de Santana -BA, CNPJ nº 14.043.574/0001-51, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida PNCMV - Contrato 0361797 - 51 Residencial Vida Nova Aviação 2. O Projeto de Trabalho Social será realizado por um prazo de 08 (oito) meses, no período de 10 de outubro de 2017 a 09 de maio 2018. Data e assinaturas: 10/10/2017 José Gilberto Reis Bastos e José Ronaldo de Carvalho.

GERÊNCIA EXECUTIVA HABITAÇÃO MACÉIÓ -AL

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato nº 7384.0005/2017, firmado entre a Caixa Econômica Federal, por intermédio da GHFAB/ME, CNPJ 00.360.305.0001-04, com a empresa DPLANO CONSTRUÇÕES, AVILAÇÕES E PERÍCIAS LTDA-ME, CNPJ 11.365.817/0001-08 que tem como objetivo execução de serviço de reforma de uma unidade atingida por incêndio no Residencial Cachoeira do Emburi, localizada no Município de Pílar/AL, R. em projeto, n. 39, quadra R, lote 39. Valor do contrato: R\$ 6.689,57 (seis mil, seiscentos e oitenta e nove e cinquenta e sete centavos). Contrato nos termos da Lei 10.188/2001.

GERÊNCIA EXECUTIVA HABITAÇÃO MARABÁ - PA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIE Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2017, que entre si firmam de um lado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305.0001-04, em nome do Fundo de Atendimento Residencial FAR, CNPJ 03.190.167/0001-50, e de outro lado, a EMPRESA SUPPORT ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 27.664.818/0001-65; Objeto: recuperação de danos físicos causados por incêndio no imóvel situado à Quadra 78 Lote 20 do Residencial Jardim América Município de Redenção/PA, da beneficiária do PNCMV FAR Luzinete Arais de Brito, Valor: R\$ 32.915,82; Processo Administrativo 001/2017. Prazo contratual de 1 mês. Data de Assinatura 20/09/2017.

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS BELÉM - PA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Afiação do imóvel (Venda direta dos bens inservíveis às atividades da CAIXA conforme Declarações de Inservibilidade do Bem emitidas pela GILOG/BE datadas de 03/07/2017 (1461 item); Adquirente: INSTITUTO GEA ETICA E MEIO AMBIENTE, 03.562.070/0001-21; Valor: 0,00; Data de contratação: 21/08/2017; Objeto: Afiação do imóvel (Venda direta dos bens inservíveis às atividades da CAIXA conforme Declarações de Inservibilidade do Bem emitidas pela GILOG/BE datadas de 17/01/2017 (43 itens); 10/04/2017 (194 itens) e 11/04/2017 (33 itens); Adquirente: ESCOLA SALESIANO DO TRABALHO, 04.373.163/0005-59; Valor: 0,00; Data da contratação: 06/10/2017.

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS BELO HORIZONTE - MG

AVISO DE VENDA  
VENDA DIRETA CAIXA Nº 74 / 2017

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GLIE/BI, torna público aos interessados que venderá, ao primeiro interessado que apresentar proposta, respeitado o valor mínimo de venda, no estado físico e de ocupação em que se encontram, os imóveis de sua propriedade, discriminados no Anexo II do Edital, O Edital de Licitação CAIXA, do qual a parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados a partir do dia 23/10/2017, em todas as agências da CAIXA, na página da CAIXA no endereço [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GLIE/BI, situada no Av. Brasil, 342, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG. Para habilitar-se à licitação, o interessado deverá efetuar depósito a título de caução de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de venda do imóvel descrito para cada imóvel no Anexo II Relação de Imóveis do Edital. As propostas conforme Anexo





**MUNICÍPIO DE CASTRO**

Estado do Paraná

CNPJ: 77.001.311/0001-08

Endereço: PRAÇA PEDRO KALED - 22 PRÉDIO PÚBLICO

Telefone: (42)2122-5000

CEP: 84.165-540

Cidade: Castro

**Ordem de Pagamento de Empenho**

Número:	Data da Ordem:	Empenho:	Liquidação:
<b>18453</b>	15/10/2020	11027 / 2020	14226 / 2020

Referência: 855	
Orgão: 88	ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 001	ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO
Ação: 4	Indenizações e Restituições
Funcional: 0028.0846.0000	Encargos Especiais
Elemento: 3.332.293.000.000.000.000	Indenizações e restituições
Subelemento: 33322930400000000000	Restituições de recursos orçamentários delegados a união
Vínculo: 00841	MC/Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha

Credor: **917397 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Endereço: RUA ESP DOS MINISTERIOS - S/N BLOCO E

Cidade: Brasília, DF

CPF/CNPJ: 03.353.358/0001-96

Telefone: 61 2034 5210

**Histórico**

Devolução dos rendimentos de aplicação financeira sobre o saldo do Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha.

Banco	Agência	Conta	Tipo Documento	Número	Valor Pago
104	387	647070 - 4 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Débito Bancário	2887	<b>1.822,48</b>

JOSE MARIO FLUGEL  
Superintendente Financeiro  
Matrícula n.25844-0

ALINE PETROSKI MOELIN  
Contadora  
Matrícula n.893943-0

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR  
Prefeito Municipal

**RECIBO:**

Recebi da(o) MUNICÍPIO DE CASTRO, a importância líquida constante nesta Nota de Ordem de Pagamento no valor de: UM MIL, OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS.

Castro, 15 de outubro de 2020

Assinatura do Responsável

**MUNICÍPIO DE CASTRO**

Estado do Paraná

CNPJ: 77.001.311/0001-08

Endereço: PRAÇA PEDRO KALED - 22 PRÉDIO PÚBLICO

Telefone: (42)2122-5000

CEP: 84.165-540

Cidade: Castro

**Nota de Empenho**

Número Empenho:

**11027/2020**

Espécie:

Ordinário

Data Emissão:

15/10/2020

Referência: 855

Órgão: 88

Unidade: 001

Ação: 4

Funcional: 0028.0846.0000

Elemento: 33322930000000000000

Subelemento: 33322930400000000000

Vínculo: 00841

ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

Indenizações e Restituições

Encargos Especiais

Indenizações e restituições

Restituições de recursos orçamentários delegados a união

MC/Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha

**Credor: 917397 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Endereço: RUA ESP DOS MINISTERIOS - S/N BLOCO E

CPF/CNPJ: 03.353.358/0001-96

Cidade: Brasília, DF

Telefone: 61 2034 5210

Dotação Inicial: 0,00

Suplementado: 10.597,14

Anulado (-): 0,00

Total (A): 10.597,14

Empenhado Anter.: 8.774,66

Valor deste Empenho: 1.822,48

Total (B): 10.597,14

Saldo (A - B): 0,00

Processo Licitação:

Modalidade:

Número do Processo:

Data do Processo:

Número do Contrato:

Contrato Aditivo:

**Valor deste Empenho:****1.822,48****Histórico**

Valor que empenhamos referente devolução dos rendimentos de aplicação financeira sobre o saldo do Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha.

**Fica empenhada a importância de: R\$ 1.822,48****[ UM MIL, OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS ]**

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR

Prefeito Municipal

ALINE PETROSKI MOCELIN

Contadora

Matrícula n.893943-0



## MUNICÍPIO DE CASTRO

Estado do Paraná

CNPJ: 77.001.311/0001-08

Endereço: PRAÇA PEDRO KALED - 22 PRÉDIO PÚBLICO

Telefone: (42)2122-5000

CEP: 84.165-540

Cidade: Castro

### Ordem de Pagamento de Empenho

Número:	Data da Ordem:	Empenho:	Liquidação:
18454	15/10/2020	11026 / 2020	14224 / 2020
Referência: 855			
Orgão: 88		ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Unidade: 001		ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Ação: 4		Indenizações e Restituições	
Funcional: 0028.0846.0000		Encargos Especiais	
Elemento: 3.332.293.000.000.000.000		Indenizações e restituições	
Subelemento: 33322930400000000000		Restituições de recursos orçamentários delegados a união	
Vínculo: 00841		MC/Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha	

Credor: **917397 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Endereço: RUA ESP DOS MINISTERIOS - S/N BLOCO E

Cidade: Brasília, DF

CPF/CNPJ: 03.353.358/0001-96

Telefone: 61 2034 5210

#### Histórico

Devolução do saldo do Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha.

Banco	Agência	Conta	Tipo Documento	Número	Valor Pago
104	387	647070 - 4 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Débito Bancário	2887	<b>8.774,66</b>

JOSE MARIO FLUGEL  
Superintendente Financeiro  
Matrícula n.25844-0

ALINE PETROSKI MOCELIN  
Contadora  
Matrícula n.893943-0

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR  
Prefeito Municipal

#### RECIBO:

Recebi da(o) MUNICÍPIO DE CASTRO, a importância líquida constante nesta Nota de Ordem de Pagamento no valor de: OITO MIL, SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS.

Castro, 15 de outubro de 2020

Assinatura do Responsável



**MUNICÍPIO DE CASTRO**

Estado do Paraná

CNPJ: 77.001.311/0001-08

Endereço: PRAÇA PEDRO KALED - 22 PRÉDIO PÚBLICO

Telefone: (42)2122-5000

CEP: 84.165-540

Cidade: Castro

**Nota de Empenho**

Número Empenho:	Espécie:	Data Emissão:
<b>11026/2020</b>	Ordinário	15/10/2020
Referência: 855		
Órgão: 88	ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Unidade: 001	ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Ação: 4	Indenizações e Restituições	
Funcional: 0028.0846.0000	Encargos Especiais	
Elemento: 3332293000000000000	Indenizações e restituições	
Subelemento: 3332293040000000000	Restituições de recursos orçamentários delegados a união	
Vínculo: 00841	MC/Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha	
<b>Credor: 917397 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>		
Endereço: RUA ESP DOS MINISTERIOS - S/N BLOCO E	Cidade: Brasília, DF	
CPF/CNPJ: 03.353.358/0001-96	Telefone: 61 2034 5210	
Dotação Inicial: 0,00	Empenhado Anter.: 0,00	
Suplementado: 10.597,14	Valor deste Empenho: 8.774,66	
Anulado (-): 0,00	Total (B): 8.774,66	
Total (A): 10.597,14	Saldo (A - B): 1.822,48	
Processo Licitação:	Data do Processo:	
Modalidade:	Número do Contrato:	
Número do Processo:	Contrato Aditivo:	
<b>Valor deste Empenho:</b>		<b>8.774,66</b>
<b>Histórico</b>		
Valor que empenhamos referente devolução do saldo do Processo n. 1037387-87/2017/Contrato de Repasse n. 844494/2017 - Pavimentação Santa Terezinha.		
<b>Fica empenhada a importância de: R\$ 8.774,66</b>		
[ OITO MIL, SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS ]		

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR  
Prefeito MunicipalALINE PETROSKI MOCELIN  
Contadora  
Matrícula n.893943-0



## :: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

387600001

Conta Referência:

0387/006/00647070-4

Nome:

MUNICIPIO DE CASTRO

Período:

de: 01/10/2020 até: 31/10/2020

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
30/09/2020	-	SALDO ANTERIOR		10.597,14C
01/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
02/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
05/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
06/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
07/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
08/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
09/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
13/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
14/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
15/10/2020	-	SALDO DO DIA		10.597,14C
16/10/2020	105314	DBPCV TED	10.597,14D	0,00
16/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
19/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
20/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
21/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
22/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
23/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
26/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
27/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
28/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
29/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
30/10/2020	-	SALDO DO DIA		0,00
31/10/2020	-	SALDO FINAL		0,00

IMPRIMIR

FECHAR